



MUNICÍPIO DE VINHAIS

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 2020/09/28

ATA N.º 17/2020

Presenças: -----

- Luís dos Santos Fernandes, que presidiu; -----
- Martinho Magno Martins; -----
- Pedro Miguel Martins Miranda; -----
- Márcia do Rosário Miranda Canado; -----
- Margarida Garcia dos Santos Patrício; -----
- António Manuel Oliveira Fernandes. -----

Ausentes – Deolinda Maria Malta Gomes, em substituição de Carlos Abel Almendra Frias Vieira, faltou por motivo justificado. -----

Local da reunião: Edifício dos Paços do Município. -----

Hora de abertura: Quinze horas. -----

Hora de encerramento: Dezassex horas e dez minutos.-----

Secretariou: Horácio Manuel Nunes, técnico superior, da Unidade de Administração Geral e Finanças. -----



1 – Período de antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

2 – Ata da reunião anterior.-----

3 – Execução de Obras Públicas. -----

4 – Resumo Diário de Tesouraria. -----

5 – Obras Públicas: -----

5.1 – Loteamento – Zona Industrial – Norte – Adjudicação;

5.2 – Fornecimento e Prestação de Serviços na Valorização do Caminho Português da Via da Prata no Concelho de Vinhais – Aprovação da minuta do contrato; -----

5.3 – Beneficiação da Praia Fluvial da Ponte de Soeira – Aprovação da minuta do contrato;-----

5.4 – Construção do Albergue de Peregrinos em Vinhais – Prorrogação do prazo de execução.-----

6 – Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vinhais - Aprovação do Caderno de Encargos e Modelo de Convite, Abertura de Procedimento e Designação de Júri. -----

7 – Apoios:-----

7.1 – Freguesia de Vale das Fontes; -----

7.2 – Freguesia de Penhas Juntas; -----

7.3 – União de Freguesias de Nunes e Ousilhão; -----

7.4 – Cooperativa de Informação e Cultura Rádio Vinhais, CRL. -----

8 - Pessoal Não Docente das E.B.1 e Jardins de Infância do Concelho –Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. -----



9 – Património: -----

9.1 – Edifício Escolar – Rio de Fornos – Alienação. -----

10 – Informação sobre a Situação Económica e Financeira Referente ao 1.º Semestre de 2020 das Empresas Municipais: -----

10.1 – ProRuris, EM, Sa; -----

10.2 – Carnes de Vinhais, EM, Sa. -----

11 - 2.ª Alteração ao Orçamento da Receita, 9.ª Alteração ao Orçamento da Despesa 8.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que o Senhor Vereador Carlos Abel Almendra Frias Vieira, tinha solicitado os planos de contingência dos edifícios municipais. Neste seguimento, disponibilizou o dossiê para consulta e eventuais fotocópias se assim o pretendessem. -----

Seguidamente deu conhecimento do início das obras de Beneficiação da E.N. 103, no troço desde Vila Verde até Sobreiró de Cima, num valor que ronda cerca de novecentos mil euros (900.000,00 €). Tinha solicitado às Infraestruturas de Portugal a colocação de tapete ao longo da Vila, e ia ser contemplado nesta beneficiação. Em Vila Verde e em Sobreiró de Cima iam ser construídos passeios. Por fim esclareceu que estas obras nada tem a ver com a retificação do traçado da E.N. 103 entre Vinhais e Bragança. -----

O Senhor Vereador António Manuel Oliveira Fernandes, alertou para a necessidade da marcação de algumas estradas, uma vez que, no inverno é difícil transitar ao longo delas. --

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que era um serviço que ia ser tratado, e informou que na ligação de Vila Verde a Prada, iam ser colocados raids nas curvas mais perigosas. -----



Solicitou novamente a palavra o Senhor Vereador António Manuel Oliveira Fernandes, para se referir aos transportes flexíveis, e questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se os mesmos iriam ser repostos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que nos locais onde circulam os autocarros e desde que a lotação permita, as pessoas são transportadas por eles. Relativamente aos transportes flexíveis iam ser repostos, só ainda não tinham sido tendo em atenção a questão dos transportes escolares que foi preciso articular em cumprimento das regras da Direção Geral de Saúde, e agora que estes estão a funcionar, é possível repor novamente estes serviços. -----

Solicitou a palavra o Senhor Vereador Pedro Miguel Martins Miranda, para apresentar uma intervenção escrita do seguinte teor: -----

“Venho por este meio, com a máxima consideração e absoluto respeito por este órgão, informar que entreguei ao Sr. Presidente da Câmara os pelouros que me foram confiados. --

Estou seguro que, ao longo deste tempo, cumpri com as responsabilidades, respondi com honra aos desafios e empenhei-me ao máximo em desenvolver todos os assuntos relacionados com os pelouros que tutelava, na firme certeza que todo o meu empenho foi no sentido de trabalhar e servir a causa pública, a câmara municipal, o concelho e os vinhaenses.

Apesar de ser uma grande honra em assumir as responsabilidades de vereador a tempo inteiro, não posso ficar indiferente às constantes tomadas de decisão em áreas da responsabilidade que tutelo e coordeno, assim como não posso ficar indiferente á constante privação de exercer as minhas responsabilidades públicas e o serviço público. -----

A política não me faz mover por cargos, posições, vaidades, aparências ou vencimentos, aquilo que me faz mover no campo da política, e foi algo que aprendi ao longo de 16 anos de política, é servir a causa pública. Porque não sou pessoa de me acomodar, de ficar



encostado ou de me arrastar pelos corredores, decidi em consciência que, não me restam condições para continuar a exercer as minhas funções. -----

Voltarei ao serviço social, combatendo as injustiças sociais lutando contra a exclusão social e promovendo a dignidade e os direitos sociais. -----

Aproveito para deixar expresso, o meu sentido agradecimento a todos os funcionários da câmara municipal de vinhais pela sua amizade, disponibilidade, profissionalismo e colaboração. -----

Expresso o sentido respeito e agradecimento aos senhores presidentes de junta de freguesia e uniões de freguesia assim como ao digníssimo presidente da assembleia municipal e todos os membros das bancadas que a constituem. -----

Aos senhores vereadores eleitos deste órgão as minhas sinceras saudações e respeito. -----

Ao executivo da câmara, resta-me desejar êxito no exercício do restante mandato.” -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal opinou que a intervenção é legítima, mas na próxima reunião iria trazer uma resposta escrita, já que a presente se revestiu de igual forma.

ORDEM DO DIA

2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Seguidamente a ata da reunião anterior, previamente enviada aos Senhores Vereadores, por email depois de lida, foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador Pedro Miguel Martins Miranda, motivada por não ter estado presente na reunião em causa. -----



3 – EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi tomado conhecimento da situação das obras municipais em curso, quer por empreitada, quer por administração direta, cuja relação foi previamente enviada aos Senhores Vereadores, e que fica arquivada na pasta respetiva. -----

4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA. -----

Foi tomado conhecimento do resumo diário de tesouraria, datado do dia vinte e cinco do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte, que acusa os seguintes saldos:-----

Em dotações Orçamentais2.047.202,22 €
Em dotações Não Orçamentais 476.311,62 €

5 – OBRAS PÚBLICAS: -----

5.1 – LOTEAMENTO – ZONA INDUSTRIAL – NORTE – ADJUDICAÇÃO. -----

Foi presente o relatório final elaborado pelo júri do procedimento levado a efeito para a eventual realização da empreitada de “Loteamento – Zona Industrial - Norte”, o qual propõe que a adjudicação seja efetuada às empresas Madureira Azevedo – Sociedade de Construções, Ld.^a e E.T.E. – Empresa de Telecomunicações e Eletricidade, Ld.^a, pelo valor de trezentos e quarenta e um mil setecentos e noventa e nove euros e noventa e quatro centimos (341.799,94 €) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Após a análise e discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, concordar com o relatório final elaborado pelo júri, e adjudicar, nos termos da alínea f), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a empreitada em causa, às empresas Madureira Azevedo – Sociedade de Construções, Ld.^a e E.T.E. – Empresa de Telecomunicações e Eletricidade, Ld.^a, pelo valor de trezentos e quarenta e um mil setecentos e noventa e nove euros e noventa e quatro centimos (341.799,94 €) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e designar como gestor do contrato o chefe de Equipe Multidisciplinar, Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos.-----



5.2 – FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA VALORIZAÇÃO DO CAMINHO PORTUGUÊS DA VIA DA PRATA NO CONCELHO DE VINHAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. -----

Foi presente nos termos do n.º 1 do art.º 98.º, do Código dos Contratos Públicos, a minuta do contrato, referente ao fornecimento e prestação de serviços na “Valorização do Caminho Português da Vila da Prata, no Concelho de Vinhais” a celebrar entre o Município de Vinhais e a empresa Bricantel – Comércio de Material Elétrico de Bragança, Ld.ª -----

Após a sua análise, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a minuta em causa.

5.3 – BENEFICIAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DA PONTE DE SOEIRA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----

Foi presente nos termos do n.º 1 do art.º 98.º, do Código dos Contratos Públicos, a minuta do contrato, referente à empreitada “Beneficiação da Praia Fluvial da Ponte de Soeira” a celebrar entre o Município de Vinhais e a empresa António Manuel Gil. -----

Após a sua análise, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a minuta em causa.

5.4 – CONSTRUÇÃO DO ALBERGUE DE PEREGRINOS EM VINHAIS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO.-----

Foi presente um requerimento subscrito pelo adjudicatário da empreitada de “Construção do Albergue de Peregrinos em Vinhais”, onde solicita que lhe seja concedida a prorrogação de prazo de execução da empreitada por mais cento e vinte dias, motivada pela falta de mão de obra em consequência da pandemia do COVID-19. -----

Este pedido vinha acompanhado de um parecer emitido pela fiscalização da empreitada cujo teor é o seguinte: -----



“Na sequência do despacho de V. Ex.^a, datado de 15/09/2020, exarado no ofício, datado de 14/09/2020 emitido pela empresa Gil e Domingues Lda., que junto se anexa, cumpre-me informar o seguinte: -----

1 – A empresa adjudicatária da empreitada supracitada, solicita uma prorrogação do prazo de execução da empreitada “Construção do Albergue de Peregrinos em Vinhais” por um período de 120 dias; -----

2 – Em anexo ao ofício, a empresa entrega o Plano de Trabalho e Plano de Pagamentos, ajustados dos trabalhos que faltam executar; -----

Assim, pelos motivos apresentados pelo adjudicatário da empreitada, a fiscalização, não vê qualquer inconveniente em conceder a prorrogação do prazo solicitado, *a título gracioso (sem encargos para o Município)*, pelo período de **120 dias**, pelo que, a data de conclusão da obra passa a ser em 04 de janeiro de 2021.” -----

Após discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, concordar com o parecer técnico anteriormente transcrito, e conceder a prorrogação do prazo de execução da referida empreitada, por mais cento e vinte dias, mas sem encargos para o Município de Vinhais. -----

6 – ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VINHAIS - APROVAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS E MODELO DE CONVITE, ABERTURA DE PROCEDIMENTO E DESIGNAÇÃO DE JÚRI. -----

Foram presentes, para aprovação, o caderno de encargos e o modelo de convite, para a abertura do procedimento por consulta prévia, destinado à elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vinhais, que vinham acompanhados de uma informação subscrita pelo Técnico Superior de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidades Humanas, do seguinte teor: -----



“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar o seguinte: -----

1. Nos anos de 2014 e 2015, com a publicação da Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), introduziram-se alterações estruturantes no contexto legal em matéria de ordenamento do território, e a questão da avaliação da política de ordenamento do território, embora não seja nova, surge fortemente reforçada – “as entidades da administração devem promover de forma permanente a avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos programas e planos territoriais por si elaborados, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos” (n.º 1 do artigo 187º do RJIGT); -----
2. O PDM de Vinhais, na sua 1ª revisão, foi publicado pelo Aviso n.º 14476/2014, de 29 de dezembro, tendo completado no final do ano transato 5 anos de vigência, o que consolida a oportunidade de elaboração de um documento que permita traçar o retrato do estado do ordenamento do território no município de Vinhais, identificando dinâmicas e tendências de evolução; -----
3. A elaboração da revisão do PDM vai de encontro a um imperativo legal, adequando-o à realidade em presença e à evolução, em perspetiva, das condições sociais, económicas, ambientais e culturais do município; -----
4. De referir que a elaboração desta revisão do PDM Vinhais decorre da necessidade de adaptação a programas territoriais e/ou a legislação específica, como seja o caso do procedimento de alteração por adaptação ao RJIGT, em matéria de classificação do solo (artigo 199º); -----
5. Formalmente, o processo de revisão do PDM inicia-se com a deliberação da Câmara Municipal, daí a sua necessidade de execução o quanto antes, pelo que se propõe o mesmo para aprovação; -----
6. O preço base para este procedimento é de 74.900,00 € obtido sob um estudo de mercado com consulta a diversas entidades;-----
7. O prazo de execução dos trabalhos é de 18 meses.” -----

Após a sua análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar o caderno de encargos e o modelo de convite, bem como autorizar a abertura do procedimento por consulta prévia, para a eventual elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vinhais, e designar para júri de acompanhamento do procedimento, os membros: -----



Vogais efetivos: -----

- António João Fernandes Afonso, técnico superior de engenharia, que preside; -----
- Susana Maria Pinto Martins, técnica superior de arquitetura, e -----
- Pedro António Pereira dos Santos, Técnico Superior de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidades Humanas. -----

Vogais suplentes: -----

- Lúcia dos Santos Taveira da Costa Coelho, coordenadora técnica, e -----
- Vítor Jorge Ferreira Moraes, assistente técnico. -----

7 – APOIOS:-----

7.1 – FREGUESIA DE VALE DAS FONTES. -----

Solicitou, por escrito, a Junta de Freguesia de Vale das Fontes, um apoio financeiro no valor total de seis mil euros (6.000,00 €), destinado a comparticipar as despesas com a reparação das viaturas da Junta de Freguesia e para limpeza de ribeiro em Nuzedo de Baixo. -----

Após discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea j) do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir um apoio financeiro do valor de seis mil euros (6.000,00 €), destinado a comparticipar as referidas despesas. -----

7.2 – FREGUESIA DE PENHAS JUNTAS. -----

A Junta de Freguesia de Penhas Juntas, solicitou por escrito, a concessão de um apoio financeiro, para pagamento das despesas com o alargamento de um caminho, naquela freguesia, uma vez que não permite a circulação de tratores e máquinas. -----

Após discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea j) do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir um



apoio financeiro do valor de cinco mil euros (5.000,00 €), destinado a comparticipar as referidas despesas. -----

7.3 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE NUNES E OUSILHÃO. -----

Foi presente um ofício oriundo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nunes e Ousilhão, onde solicita a concessão de um apoio financeiro no valor de três mil euros (3.000,00€), destinado a comparticipar as despesas com a aquisição das placas de toponímia nas povoação de Nunes e Romariz. -----

Após discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, atribuir nos termos da alínea j) do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um apoio financeiro do valor de três mil euros (3.000,00 €), destinado a comparticipar as referidas despesas. -----

7.4 – COOPERATIVA DE INFORMAÇÃO E CULTURA RÁDIO VINHAIS, CRL. --

Foi presente uma carta oriunda da Cooperativa de Informação e Cultura Rádio Vinhais, CRL, do seguinte teor: -----

“Na sequência das conversas tidas com o seu chefe de gabinete e no seguimento daquilo que foi previamente acordado com a Câmara Municipal, junto enviamos a seguinte documentação: -----

- Declaração de não dívida às Finanças; -----

- Declaração de não dívida à Segurança Social; -----

- link de acesso à Certidão Permanente: -----

<https://eportugal.gov.pt/empresas/Servicos/Online/Pedidos.aspx?service=CCP> -----

e respetivo código de acesso 8644-0773-5181. -----

- Fatura número 716 respeitante ao ano de 2020 e de acordo com o protocolo assinado com a autarquia. -----

De salientar que no ano de 2019, não foi emitida qualquer fatura à Câmara Municipal, uma vez que a anterior direção da cooperativa, decidiu não o fazer prescindindo da verba



correspondente, no entanto, devemos enfatizar que o protocolo está a ser cumprido e respeitado pela Rádio Vinhais.” -----

Encontra-se manuscrito na carta em causa um despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, do teor seguinte: -----

“À Reunião de Câmara com a proposta de apoio e tendo em atenção o referido pela direção, este deve ser a partir de janeiro de 2020.” -----

Após discussão do assunto em causa, e atendendo a que a Rádio Vinhais já se encontra novamente em atividade, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, autorizar o pagamento mensal constante do protocolo existente entre as partes, desde o mês de janeiro de dois mil e vinte, devendo no entanto, o protocolo existente ser reformulado no sentido de constarem os direitos e obrigações de cada uma das partes. -----

8 - PESSOAL NÃO DOCENTE DAS E.B.1 E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO –TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

Foi presente uma informação subscrita pela técnica superior de educação, Aurinda de Fátima Nunes Santos Morais, do seguinte teor: -----

“No âmbito da transferência de competências para as autarquias locais, em matéria de educação, nomeadamente ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, é da responsabilidade do Município assegurar a colocação de pessoal não docente nestes estabelecimentos de ensino. -----

Assim, à semelhança dos anos anteriores, e conforme nos foi indicado pelo Agrupamento de Escolas D. Afonso III de Vinhais, deve esta autarquia providenciar a colocação de pessoal que permita garantir os serviços de limpeza, acompanhamento das crianças durante a hora de almoço, intervalos e prolongamento de horário, para as E.B.1 e Jardins de Infância do Concelho. -----



Atendendo à especificidade deste ano letivo, devido a esta pandemia que atravessamos, houve um aumento significativo do número de horas solicitado pelo Agrupamento de Escolas, como se verifica na tabela em anexo. Este aumento tem a ver com a limpeza e desinfeção a fundo dos estabelecimentos de ensino, do mobiliário e dos respetivos materiais, depois das crianças já não se encontrarem nas escolas. Este número reflete-se mais nas escolas de Ervedosa e Rebordelo, pois é aí que se concentra o maior número de alunos e também são as únicas localidades, à exceção de Vinhais, que mantém o ensino Pré-escolar e o 1º ciclo. Nos anos anteriores, dada a proximidade geográfica, este pessoal tem sido recrutado pelas Juntas de Freguesia, transferindo, a autarquia, as respetivas verbas, conforme o mapa que se segue: -----

Estabelecimento de Ensino	Período de trabalho	Nº de horas	Preço hora	Valor diário	Valor mensal
E.B.1 de Ervedosa	- Horário letivo - Almoço e Horário das AEC - Higienização ao final do dia	5h 3h 2h	4€	40,00€	800,00€
E.B.1 de Penhas Juntas	- 12h às 14h - 15h às 18h	5h		20,00€	400,00€
E.B. 1 de V. de Lomba	- Horário Letivo - Almoço e Horário das AEC	5h 3h		32,00€	640,00€
J. Infância de Rebordelo	12h às 14.00h (apoio na hora do almoço) 15h às 18h (prolongamento de horário) Higienização do espaço	2h 3h 2h		28,00€	560,00€



E.B.1 de Rebordelo	Higienização do espaço ao final do dia	3h		12,00€	240,00€
J. Infância de Ervedosa	12.h às 13.30h (apoio na hora do almoço) 15h às 18h (prolongamento de horário) Higienização do espaço	1,30h 3h 1,30h		24,00€	480,00€
J. Infância de Agrochão	15h às 18h (prolongamento de Horário)	3h		12,00€	240,00€

Informo ainda que as verbas referentes ao prolongamento de horário serão comparticipadas pelo Ministério da Educação, através do Acordo de Cooperação a estabelecer com a autarquia. -----

Face ao exposto, sugiro a V.^a Ex.^a que as referidas verbas, à semelhança dos anos anteriores, sejam transferidas para as respetivas Juntas de Freguesia, reportando-se ao ano letivo em curso, com início a 18 de setembro de 2020 e fim a 30 de junho de 2021.” -----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, concordar com o proposto e autorizar a transferência das verbas indicadas, para respetivas Juntas de Freguesia, conforme o proposto. -----

9 – PATRIMÓNIO: -----

9.1 – EDIFÍCIO ESCOLAR – RIO DE FORNOS – ALIENAÇÃO. -----

Foi presente um requerimento subscrito por Cláudia Marisa Gonçalves, residente na povoação de Rio de Fornos, onde informa que se encontra interessada na aquisição do edifício onde funcionou a escola do ensino básico da povoação de Rio de Fornos. -----



Solicitada informação à Junta de Freguesia de Vinhais, se tinha interesse na utilização do edifício, esta, informou pela negativa. -----

Após a discussão do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, autorizar, nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a alienação em hasta pública, do edifício onde funcionou a escola do ensino básico da povoação de Rio de Fornos, devendo para o efeito o Técnico Superior de Engenharia Civil, António João Fernandes Afonso, proceder à sua avaliação. -----

10 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA REFERENTE AO 1.º SEMESTRE DE 2020 DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: -----

10.1 – PRORURIS, EM, SA. -----

Foi tomado conhecimento do relatório de acompanhamento da situação económica e financeira da Empresa Municipal ProRuris, EM. Sa., elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, referente ao 1.º semestre do ano de dois mil e vinte. -----

10.2 – CARNES DE VINHAIS, EM, SA. -----

Foi tomado conhecimento do relatório de acompanhamento da situação económica e financeira da Empresa Municipal Carnes de Vinhais, EM. Sa., elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, referente ao 1.º semestre do ano de dois mil e vinte. -----

11 - 2.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 9.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA 8.ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS. -----

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por maioria e em minuta, com cinco votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores da Coligação “É Tempo de Mudar - PPD/PSD.CDS-PP”, aprovar



a 2.^a Alteração ao Orçamento da Receita, no valor de cem mil euros (100.000,00 €), 9.^a Alteração ao Orçamento da Despesa no valor de duzentos e trinta e dois mil e cem euros (232.100,00 €) e a 8.^a Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos no valor de setenta e oito mil e setecentos euros (78.700,00 €). -----

E eu, Horácio Manuel Nunes, técnico superior, da Unidade de Administração Geral e Finanças, a redigi e assino. -----